

Acordo com FMI deve ser fechado até setembro

O Brasil deverá fechar acordo provisório com o Fundo Monetário Internacional (FMI) até setembro, revelou ontem a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A ministra, que retornou de uma viagem aos Estados Unidos, onde participou da reunião anual conjunta dos comitês internos do FMI e do Banco Mundial (Bird), acrescentou que uma missão técnica do Fundo Monetário visitará o Brasil na primeira quinzena de junho, para iniciar as discussões em torno do empréstimo **stand by**, que o FMI deverá conceder ao País. O valor do financiamento ainda não foi definido.

Já o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Marcos Fonseca, afirmou ontem que a reforma monetária e fiscal do Plano Collor, que proporcionará ao Tesouro um ganho entre cortes de despesas e aumento de receitas equivalentes a 10% do Produto Interno Bruto, prevê a geração de recursos suficientes para o pagamento do serviço da dívida externa, este ano.

O déficit do setor público inicialmente previsto para 1990 era da ordem de 7% do PIB, explicou Fonseca, mas o ajuste fiscal promovido pelo governo Collor foi suficiente para reverter este qua-

dro. Segundo ele, mesmo com a remessa de divisas para honrar parte do serviço da dívida, o Tesouro ainda obterá superávit entre 1,5% e 2% do PIB.

Estratégia

Esses dados mostram que, mesmo antes de definir o plano de ajuste interno da economia, o governo já havia traçado sua estratégia de negociação da dívida externa. Nessa nova forma de tratamento do problema do endividamento externo, o governo está decidido a condicionar as remessas de divisas ao exterior ou que o devedor final no Brasil — seja ele o Tesouro Nacional, empresas estatais, privadas, estados ou municípios — tenha cruzeiros em caixa para a devida conversão para dólares.

Enfim, para o governo está encerrado o ciclo em que o pagamento da dívida externa tinha como contrapartida o estrangulamento das contas públicas. A troca dos dólares dos superávits comerciais para a moeda nacional, ao longo dos últimos anos, teve como resultado o aumento da dívida pública interna e o acúmulo de pressões inflacionárias que agora se quer evitar.



Zélia: acordo com FMI deverá ser firmado.

Protasio Nenc/AF - 16/03/90